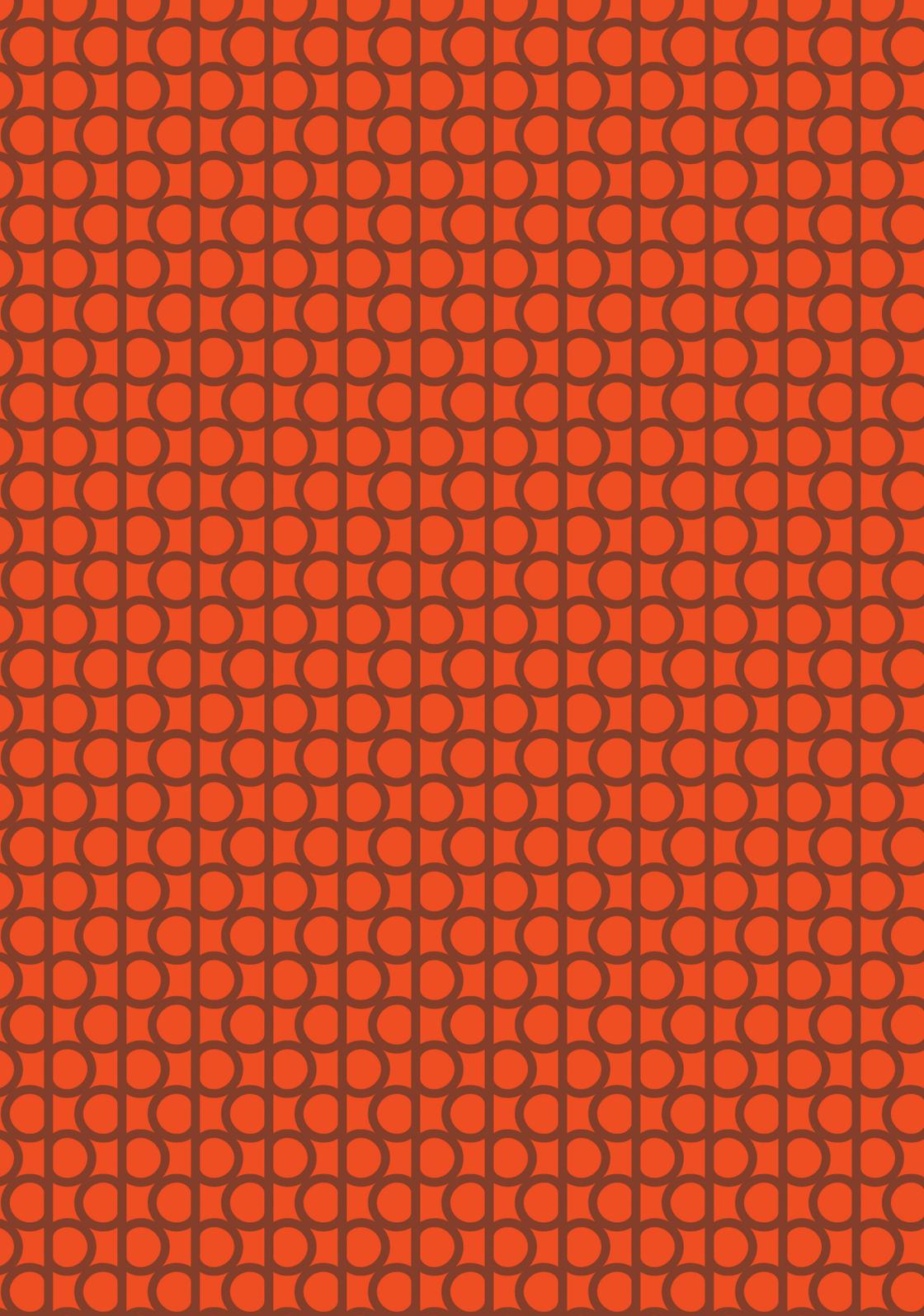


IBIRAPITANGA

10 questões sobre alimentação no Brasil de hoje

SÍNTESE DO ENCONTRO
DESAFIOS DA ALIMENTAÇÃO NO BRASIL DE HOJE,
REALIZADO EM PETRÓPOLIS,
DE 30 A 31 DE JANEIRO DE 2018.



1. Apresentação
2. O encontro
3. Participantes
4. 10 questões sobre alimentação
5. Artigo: Alimentação, agricultura e bem-estar (por Ricardo Abramovay)

Apresentação

O Instituto Ibirapitanga é uma iniciativa de Walter Salles com o objetivo de apoiar organizações da sociedade civil e ações que contribuam para a garantia de liberdades e o aprofundamento da democracia no Brasil. Em processo de constituição e refinamento das suas agendas de trabalho, o Instituto se propõe a atuar no campo da alimentação – em busca de um sistema agroalimentar eficiente, justo e saudável – e no campo da equidade racial, compreendendo a importância do combate ao racismo que opera como alicerce do profundo sistema de desigualdades que se perpetua no país.

Esse documento sintetiza os principais pontos de debate e reflexão do encontro “Desafios da alimentação no Brasil de hoje”, organizado pelo Ibirapitanga na cidade de Petrópolis em janeiro de 2018, apresentando aos participantes uma memória do encontro. Ao mesmo tempo, o documento orienta os caminhos de atuação do Instituto na interface entre agricultura, alimentação e saúde – é a partir dessas reflexões que seguiremos nosso processo de pesquisa, diálogo e compartilhamento com atores e parceiros para a construção de uma estratégia de trabalho.

O desafio de consolidar as ricas discussões do encontro – que evidentemente não pretende esgotar o conteúdo abordado e tampouco espelhar integralmente os debates – coincide, também, com o de formular as próprias questões que orientaram a sua concepção. Parte do trabalho de realização

deste encontro consistiu em identificar questões que nos ajudam a construir uma visão mais integradora e sistêmica de um campo que se encontra evidentemente em construção.

Apesar da importância dos estudos e das políticas públicas voltadas à alimentação, à agricultura e à saúde, ainda são raras e incipientes as iniciativas que procuram abordar sua articulação orgânica e seus impactos sobre a oferta de serviços ecossistêmicos indispensáveis à vida social. As abordagens baseadas na ideia de sistema agroalimentar global são uma importante fonte de inspiração para enfrentar os desafios alimentares contemporâneos.

A criação de uma estratégia de ação que contemple as principais transformações nos sistemas agroalimentares depende de uma visão articulada que reconheça as interações, a incidência e a influência que os diversos aspectos – e, sobretudo, a cultura, a saúde e a alimentação – estabelecem entre si. É esta visão sistêmica que pode abrir caminho a sistemas agroalimentares eficientes, justos e saudáveis.

Agradecemos a todos os participantes que se dispuseram, de maneira generosa, a partilhar esse momento conosco. A entrega e disposição de cada um contribuiu de maneira valiosa para a construção do Ibirapitanga, que vai dando seus primeiros passos.

O encontro

A ideia de realização desse encontro foi de criar um momento de reflexão concentrada sobre o campo da alimentação no Brasil em sua multidimensionalidade e gerar subsídios para a construção da estratégia de atuação do Ibirapitanga nesta área. Ele não constitui o início e tampouco o final do processo, mas ao reunir pessoas com experiências, trajetórias, projetos e interesses diversos, buscou construir um painel instigante e atual dos desafios, das necessidades e das oportunidades de avanço neste campo, produzindo reflexões capazes de qualificar nossa compreensão sobre este universo e as possibilidades de intervenção a partir da interação entre perspectivas diversas.

A proposta foi de um encontro informal com espaço de conversas permeado por breves exposições. Como ponto de partida, foi elaborado um documento de referência compartilhado previamente com os participantes, que traz algumas problematizações acerca do tema – se não esgota o arco de questões, fornece um terreno comum sobre o qual o debate poderia se estruturar. Além disso, a equipe que preparou o encontro de Petrópolis formulou perguntas com base nas quais os expositores fizeram suas apresentações.

Sabemos que cada um dos temas propostos poderia ser objeto de um seminário diante de sua complexidade e amplitude. Nesse sentido, fizemos o chamado para que os participantes ficassem atentos, sobretudo, à inter-relação possível ou evidente entre os temas e apresentações considerando o objetivo do encontro de evidenciar algumas poucas e potentes convergências entre esses temas. Esperamos que essa inter-relação possa se evidenciar na síntese dos temas que apresentamos a seguir.

A programação do encontro (com a duração de um dia e meio) esteve dividida em cinco partes que abordam, cada uma, eixos específicos da discussão. Cada uma delas foi inaugurada com uma fala de 15 minutos orientada a partir de questões norteadoras previamente discutidas com cada um dos participantes, seguida de debate. Ao final do encontro, contamos com uma breve sessão de encerramento.

Estrutura do encontro

Introdução

Apresentação do encontro e do Instituto Ibirapitanga

Andre Degenszajn e Walter Salles

Apresentação do tema do encontro

Ricardo Abramovay

Parte I.

Alimentação, agricultura e bem-estar: desafios do sistema agroalimentar brasileiro

Tereza Campello. O Brasil é reconhecido por políticas públicas de excelência no campo da segurança alimentar e obteve notáveis avanços no combate à fome. A questão da alimentação, no entanto, está também ligada ao modelo de desenvolvimento do país e à construção de um sistema agroalimentar capaz de conjugar as dimensões da saúde, meio ambiente e agricultura. Nesse contexto, quais os principais desafios colocados ao Brasil? Como garantir a oferta de alimentos saudáveis, em escala e assegurando a renovação dos serviços ecossistêmicos essenciais?

Parte II.

Sistemas agroalimentares: impactos socioambientais e modelos alternativos

Gerd Sparovek. O Brasil é hoje o segundo exportador mundial de alimentos e não conhece crises de abastecimento alimentar. Quais são os principais problemas socioambientais subjacentes ao sucesso econômico do setor? Quais podem ser as estratégias de enfrentamento destes problemas, tendo em vista tanto o poder dos incumbentes, quanto a própria estrutura da oferta agropecuária, onde as grandes propriedades e a indústria têm peso decisivo?

Paulo Petersen. Estamos falando de uma convivência entre agricultura convencional e agroecologia ou podemos vislumbrar um futuro em que, se os incentivos governamentais e privados forem dirigidos corretamente e se os custos socioambientais da produção forem contabilizados, teremos uma gradual substituição da modernização agrícola convencional pela agroecologia?

Parte III.

Saúde, alimentação e indústria de ultraprocessados

Carlos Monteiro. O Brasil já se caracteriza pela ampliação de doenças não transmissíveis oriundas dos padrões alimentares predominantes. Quais as estratégias para reverter esta tendência? Quais os argumentos dos que consideram que os riscos provocados pelo padrão dominantes não são reais? A alimentação como vetor de doenças não transmissíveis apoia-se em que setores sociais, organiza-se a partir de que modelos de negócio e é estimulada por quais políticas públicas?

Marcia Sarpa. As pesquisas que buscam identificar os efeitos dos agrotóxicos na saúde humana enfrentam uma série de dificuldades, notadamente os custos e o tempo necessário para sua realização. Essa condição abre espaço para um campo de indeterminação que resulta em um ambiente de permissividade a essas substâncias, com resistências à incorporação do princípio da precaução. Há razões técnicas que justifiquem o uso de agrotóxicos no padrão e na quantidade aplicados no Brasil? Como transformar esse quadro? Quais as instituições deveriam atuar nesse sentido? Qual o estado atual das pesquisas que buscam comprovar esse vínculo? Quais os atores sociais mais importantes tanto na defesa da situação atual, como em sua crítica?

Rita Lobo. O desafio de assegurar a qualidade do padrão alimentar da população brasileira passa inevitavelmente pelo preparo dos alimentos e pela valorização do ambiente doméstico como local especialmente importante neste preparo. A expansão dos produtos ultraprocessados têm contribuído para limitar o tempo e a atenção dedicada ao ato de cozinhar. Como

construir uma nova relação das pessoas com a cozinha? Quais os principais desafios enfrentados nesse sentido? Como as mudanças de comportamento podem contribuir para ampliar a qualidade da alimentação?

Parte IV.

Políticas públicas, controle social e regulação

Christiane Araújo. O Brasil tornou-se referência global em políticas públicas voltadas a reforçar o vínculo entre segurança alimentar e fortalecimento da agricultura familiar. Tendo em vista o peso crescente da agricultura patronal na oferta agropecuária, é possível, nos dias de hoje, apoiar o abastecimento alimentar urbano no fortalecimento da agricultura familiar?

Paula Johns. Os alimentos ultraprocessados são citados frequentemente como o tabaco do século XXI. Ao mesmo tempo, o acesso a estes alimentos faz parte das aspirações de consumo da população de baixa renda, com a melhora de seu padrão de vida. Campanhas públicas são eficientes para enfrentar este problema? Qual o papel da regulação estatal neste sentido? Autorregulação pode ser uma resposta?

Parte V.

Biodiversidade e culturas alimentares

Beto Veríssimo. Vincular a valorização da biodiversidade e resgate de culturas alimentares locais e tradicionais tem sido considerado um caminho importante para o desenvolvimento sustentável na Amazônia. No entanto, além do açaí e da castanha do Pará, não há produtos com expressão de mercado. O desenvolvimento sustentável na Amazônia passa pela expansão de outros produtos da biodiversidade? A formação de cadeias produtivas de outros produtos não corre o risco de ameaçar a própria biodiversidade? Quais os impactos do desenvolvimento destas cadeias sobre as comunidades tradicionais?

Participantes

Estiveram presentes no encontro o engenheiro agrônomo e ecólogo florestal **Beto Verissimo**, co-fundador do Imazon, organização sediada em Belém (PA), referência na área de diagnóstico, avaliação e monitoramento de usos e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Premiado como empreendedor social global da Fundação Skoll (2010) e tendo recebido o Jabuti (2002), Beto foi também indicado pela Revista Época como uma das 100 personalidades mais influentes do Brasil por sua liderança no Índice de Progresso Social na Amazônia.

O médico **Carlos Monteiro**, professor do Dpto. de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da USP (NUPENS/USP) desde 1992. Considerado uma das principais autoridades do mundo em epidemiologia nutricional, os estudos de Monteiro sobre padrões de alimentação e saúde no Brasil orientaram a elaboração do Guia Alimentar para a População Brasileira (2014). Em conjunto com sua equipe, Monteiro criou, em 2010, o conceito de alimento “ultraprocessado”, a partir da classificação alimentar Nova que ganhou relevância global, influenciou políticas públicas no Brasil e virou referência para os documentos sobre nutrição da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas).

A socióloga **Christiane Costa**, coordenadora da área de Segurança Alimentar e Nutricional do Instituto Pólis. Christiane tem tido uma atuação protagonista de mais de 20 anos nos principais espaços de participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas no campo da alimentação, tais como a coordenação do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), o Mecanismo da Sociedade Civil (MSC) do Comitê Global de Segurança Alimentar e Nutricional da ONU e a presidência do Conselho Municipal de SAN do município de São Paulo. É autora de diversos textos e materiais, entre eles o livro “Segurança Alimentar e Nutricional: significados e apropriações”.

O agrônomo **Gerd Sparovek**, professor do Dpto. de Ciência do Solo da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP) que é reconhecido por sua atuação interdisciplinar de mais de 17 anos com modelagem de sistemas de produção agropecuária, desenvolvimento rural, meio ambiente e planejamento do uso da terra que o faz sobretudo como coordenador do GeoLab (USP). No laboratório de geoprocessamento, desenvolve inteligência estratégica e espacial no apoio à decisão na interface entre agricultura e meio ambiente tendo desenvolvido projetos junto aos Ministérios de Meio Ambiente, Integração Nacional, Agricultura, Desenvolvimento Social e secretarias estaduais, trabalhando em cooperação com a FAO, IICA, Pnud, Banco Mundial; além de cooperação com diversas ONGs ambientais e institutos de pesquisa ligados ao agronegócio. É também atual presidente do Conselho Curador da Fundação Florestal do Estado de São Paulo.

O jornalista **Ilan Kow**, sócio do Panelinha – empresa de conteúdo culinário fundada por Rita Lobo. Ilan trabalhou durante dez anos para o Grupo Estado tendo sido editor-executivo do Jornal da Tarde e editor-chefe do Estadão. Foi responsável, entre outros projetos, pela criação do Guia do Estadão e Caderno Paladar, referência na cobertura jornalística sobre gastronomia no Brasil.

A toxicologista **Marcia Sarpa**, professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e pesquisadora do Instituto Nacional de Câncer (INCA) do Ministério da Saúde – principal organização brasileira na área de oncologia e saúde pública no Brasil, reconhecida como centro de excelência na elaboração de políticas públicas para prevenção e controle do câncer. Márcia tem experiência de pesquisa na área de saúde pública, vigilância sanitária e toxicologia com ênfase em toxicologia ambiental e ocupacional, e atua principalmente nas áreas de mutagênese, carcinogênese, imunotoxicidade, toxicidade reprodutiva, agrotóxicos, solventes/benzeno, câncer ocupacional e ambiental.

A socióloga **Paula Johns**, co-fundadora e diretora da ACT Promoção da Saúde, uma rede de mais de 1000 organizações e profissionais de várias que tem como missão monitorar e apoiar políticas públicas de promoção da saúde.

Referência no campo de *advocacy* da sociedade civil, Paula teve ação protagonista na promoção das políticas anti-tabagistas no Brasil e tem compartilhado sua experiência em congressos nacionais e internacionais, artigos e pesquisas sobre controle do tabaco, alimentação saudável, promoção da saúde, *advocacy* e mobilização social. Paula é empreendedora social Ashoka, membro do Conselho Nacional de Saúde, do Conselho Diretor da Fundação Interamericana do Coração e do Conselho Diretor da NCD Alliance.

O agrônomo **Paulo Petersen**, uma das principais referências em agroecologia do país, coordenador-executivo da AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia, que faz um trabalho de mais de 30 anos nesse campo. Paulo é também vice-presidente da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), membro do núcleo executivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), editor-chefe da revista “Agriculturas: experiências em agroecologia”, membro dos conselhos editoriais da *Agroecology and Sustainable Food Systems (ASFS)*, da Revista Brasileira de Agroecologia e da Coleção Transição Agroecológica (Embrapa) e integrante da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO).

O economista **Ricardo Henriques**, superintendente executivo do Instituto Unibanco. Ricardo foi secretário nacional de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação e secretário executivo do Ministério de Desenvolvimento Social, quando coordenou o desenho e a implantação inicial do programa Bolsa Família. Foi assessor especial do presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e pesquisador e diretor adjunto da área social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). No Rio de Janeiro, foi secretário estadual de Assistência Social e Direitos Humanos e presidente do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, quando desenvolveu o Programa UPP Social. Ricardo é membro do Conselho de Administração do Todos pela Educação, Anistia Internacional, GIFE, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Instituto Sou da Paz e do Instituto Natura.

A cozinheira e apresentadora **Rita Lobo**, criadora da empresa de conteúdo culinário Panelinha. É autora best-seller tendo publicado sete livros tais como

‘O Que Tem na Geladeira?’, ‘Pitadas da Rita’, ‘Cozinha de Estar’, ‘Cozinha Prática’ e ‘Panelinha – receitas que funcionam’, único livro nacional indicado pelo Guia Alimentar para a População Brasileira. Seu programa de televisão ‘Cozinha Prática com Rita Lobo’, produzido pelo Estúdio Panelinha, está na oitava temporada no canal GNT. No canal Panelinha no YouTube, Rita está no ar com a série ‘O Que Tem na Geladeira?’ e com o curso ‘Comida da Verdade’, produzido em parceria com o Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (NUPENS/USP) e apresentado em parceria com o prof. Carlos Monteiro.

A economista **Tereza Campello** que foi Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no período de 2011 a maio de 2016, onde coordenou a Política Nacional de Assistência Social, a Política Nacional de Segurança Alimentar, o Programa Bolsa Família, o Programa de Cisternas dentre outros, tendo coordenado o Plano Brasil Sem Miséria, que retirou 22 milhões de pessoas da pobreza extrema. Participou da equipe de transição do governo Lula, tendo sido Assessora Especial da Presidência da República e membro do grupo de trabalho que desenvolveu, organizou e implementou o programa Bolsa Família. Na Casa Civil, esteve à frente de projetos prioritários na área de desenvolvimento, como os programas de Produção de Biodiesel, de Etanol e Territórios da Cidadania, além do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, e do Mutirão Arco Verde, que levou serviços públicos, regularização fundiária e fomento ao desenvolvimento sustentável à Amazônia. Tereza também foi professora do curso de Economia do setor público na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), assessora econômica da Prefeitura de Porto Alegre, coordenadora do Gabinete de Planejamento e Orçamento Participativo, Secretária Geral Adjunta e Coordenadora Geral da Secretaria Geral de Governo do Rio Grande do Sul na gestão do Governador Olívio Dutra.

Como consultores, participaram do encontro o economista **Ricardo Abramovay**, professor titular do Departamento de Economia da FEA/USP durante trinta anos e atual professor sênior do Programa de Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da USP. Uma das principais referências em desenvolvimento sustentável, sua produção acadêmica têm articulado noções como ética e economia, abordados pelo viés da sociologia

econômica, com ênfase em biocombustíveis, responsabilidade social empresarial, microfinanças e desenvolvimento territorial. Ricardo é autor de mais de dez livros, entre eles “Muito além da economia verde” (Ed. Planeta Sustentável/Abril, São Paulo, 2012), revisto e publicado pela Routledge (Londres) em 2016 sob o título de “Beyond the green economy”.

A advogada **Denise Dora**, sócia do Dora, Azambuja & Oliveira, escritório de advocacia especializado em direito das organizações da sociedade civil e direito anti-discriminação. Denise é co-fundadora e diretora executiva da THEMIS – Gênero e Justiça, que atua com educação jurídica feminista com mais de 25 anos de experiência trabalhando com organizações e movimentos sociais tendo coordenado durante onze anos o Programa de Direitos Humanos da Fundação Ford no Brasil. É integrante do Conselho curador do Fundo Brasil de Direitos Humanos, da organização Terra de Direitos, e da THEMIS. Tem publicações em direitos das mulheres e direitos humanos e recentemente participou de consultoria que analisou a internacionalização de quinze organizações de direitos humanos nos quatro continentes, em especial na sua relação com o sistema global das Nações Unidas.

A engenheira **Thais Magalhães**, sócia-fundadora da Kalo Taxidi (atual Prowa), empresa de consultoria que apoiou nos últimos sete anos organizações tais como a Amata, o Instituto Arapyáú, a Arte Despertar, o Instituto Desiderata, o Instituto de Cidadania Empresarial, a Fundação Grupo Boticário e o Banco Itaú no desenvolvimento de estratégias de atuação no campo socioambiental. Thais foi coordenadora de desenvolvimento sustentável no Banco ABN AMRO Real e consultora de sustentabilidade na Alcoa América Latina & Caribe facilitando por oito anos a estratégia e projetos de responsabilidade corporativa e desenvolvimento local dessas empresas, tal como o Projeto Juruti Sustentável e o Projeto de Sustainable Procurement da Alcoa. Atua desde 2013 no suporte ao ICE e Força Tarefa de Finanças Sociais no desenvolvimento de estratégias para o campo no Brasil, no mapeamento internacional de ecossistemas de impacto, na inteligência sobre redes nos Labs de impacto, e sistematizando os resultados de importantes encontros desse movimento.

A atual equipe do Ibirapitanga, organizadora do encontro, é formada por seu fundador, o documentarista e diretor de filmes de ficção **Walter Salles**, cujos filmes foram premiados nos Festivais de Berlim, Cannes, Veneza, Sundance e San Sebastian. Walter recebeu o Urso de Ouro e o Globo de Ouro por “Central do Brasil” e oito indicações ao Oscar por filmes que dirigiu ou co-produziu. Ganhou por duas vezes o prêmio de Melhor Filme Estrangeiro da Academia Inglesa de Cinema (BAFTA). Pelo conjunto de seus filmes, recebeu o Prêmio Robert Bresson no Festival de Veneza e nos Festivais de São Francisco e Roma. Com seu irmão João, produziu filmes de jovens cineastas brasileiros como Karim Ainouz, Flávia Castro e Eryk Rocha, além de documentários de mestres como Eduardo Coutinho e Nelson Pereira dos Santos. Salles faz parte do conselho consultivo do Sundance Institute e da Film Foundation (criada por Martin Scorsese).

Também pelo cientista político **Andre Degenszajn**, diretor presidente do Ibirapitanga. Andre foi Secretário-Geral do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) entre 2013 e 2017, participando dos principais debates no campo da filantropia e da sociedade civil dentro e fora do Brasil. Andre é fundador e atualmente membro do Conselho Diretor da Conectas Direitos Humanos e foi também professor de relações internacionais na Faculdade Santa Marcelina entre 2007 e 2011. É atualmente membro do Conselho Diretor da WINGS – Worldwide Initiatives for Grantmaker Support e da Oxfam Brasil.

E pela socióloga **Iara Rolnik**, gerente de programas do Ibirapitanga. Iara desenvolveu sua trajetória em pesquisa social e urbana no universo acadêmico tendo trabalhado em centros de pesquisa nacionais como Núcleo de Estudos da População (NEPO/Unicamp) e internacionais como Institut de recherche pour le développement (IRD/França) e em organizações da sociedade civil voltadas ao desenvolvimento de políticas públicas e direitos humanos tais como Instituto Pólis. No campo do fortalecimento da sociedade civil no Brasil, Iara atuou como consultora da Secretaria-Geral da Presidência da República e, mais recentemente, como gerente de conhecimento do GIFE, tendo produzido estudos e pesquisas de referência sobre esse campo no Brasil.

10 questões sobre alimentação

A seguir apresentamos uma síntese do debate a partir de 10 questões que se destacaram ao longo do encontro. Cada uma delas é introduzida por uma afirmação central, seguida de breve contextualização e destaque de pontos principais de discussão a ela relacionados ao longo dos debates. As questões se comunicam diretamente com os eixos de discussão propostos no encontro, mas não necessariamente os reproduzem, razão pela qual as apresentamos separadamente e não seguindo a lógica da agenda. A opção por essa organização também procurou dar destaque aos pontos fortes do debate e não de falas específicas. Da mesma forma, procuramos respeitar a maneira pela qual as questões foram apresentadas no encontro, não buscando, portanto, referências externas ao que ali foi expresso (tais como fontes de dados ou referências bibliográficas). Algumas questões sobre estratégia e forma de atuação apareceram de forma dispersa ao longo das discussões, mas não foram destacadas. Serão objeto de outro tipo de reflexão ao integrarem o desenho do programa de ação do Ibirapitanga. Evidentemente, a síntese não traz a complexidade e todo o contexto em que as questões foram apresentadas e é também resultado de um recorte entre outros tantos possíveis.

1 A agricultura familiar tem papel decisivo na oferta alimentar e no desenvolvimento territorial.

A agricultura familiar é aquela em que a propriedade, a gestão e a maior parte do trabalho são compartilhadas por pessoas que mantêm entre si vínculos de parentesco. Representa a maior parte dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, responde por parte importante da oferta de alimentos e apresenta enorme potencial de oferecer qualidade e diversidade. Estas virtudes não podem escamotear a profunda desigualdade interna à própria agricultura familiar. A maior parte do valor que ela produz concentra-se na camada que se situa ao alto de sua pirâmide social. Apesar desta concentração, a agricultura familiar tem a virtude de descentralizar a oferta de produtos agropecuários. Além disso, seu fortalecimento conduz à valorização dos territórios rurais.

Ela articula os espaços de produção de alimentos aos lugares de vida, de proteção da sociobiodiversidade e preservação do patrimônio natural e cultural. No entanto, para além de sua

vulnerabilidade intrínseca, a agricultura familiar tem sido desigualmente incentivada no país, cujas políticas agrícolas estiveram voltadas majoritariamente aos estabelecimentos responsáveis pela maior parte da oferta agropecuária, sobretudo os de natureza patronal.

- > Existem segmentos em que a agricultura familiar mostra grande eficiência na obtenção dos rendimentos das superfícies por ela exploradas. Mas mesmo onde esta eficiência está abaixo daquilo que a modernização agrícola convencional alcança, a agricultura familiar é um fator decisivo de equilíbrio e ocupação demográfica de territórios rurais. Nestes casos, é importante destacar a importância da **multifuncionalidade**, ou seja, de um conjunto variado de funções ecossistêmicas e territoriais que não se exprimem estritamente em rendimentos agropecuários. Os programas que valorizam a oferta de produtos alimentares da agricultura familiar para instituições como escolas, presídios e hospitais exploram justamente estas virtudes e são reconhecidos internacionalmente como sucesso. É essencial fomentar o mercado de compras institucionais da agricultura familiar.
- > Há excesso de **expectativas sobre o agricultor**: pedimos a ele que produza o suficiente para atender à demanda, seja produtivo e ajude o Brasil a crescer, que faça isso gerando desenvolvimento local, sem poluir o meio ambiente e respeitando as tradições locais. Entretanto, o agricultor se entende e se coloca na posição de conversor, que cultiva os cardápios que o mercado demanda.
- > Para que o Brasil tenha um meio rural vivo e dinâmico é fundamental **fortalecer a agricultura familiar** e, sobretudo, aproveitar seus potenciais de oferecer produtos de qualidade, de reconstituição de

serviços ecossistêmicos e de estabelecer vínculos com os mercados locais, reduzindo assim o desperdício de recursos materiais e energéticos decorrente da concentração da oferta nas centrais atacadistas metropolitanas.

- > O **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)** é uma das mais importantes expressões do vínculo construtivo entre alimentação de qualidade e fortalecimento das atividades locais capazes de valorizar os territórios em que se encontram. O programa PAA leite, por exemplo, incentiva a produção e o consumo do produto e foi criado em um momento em que o Nordeste não tinha produção de laticínios e todo leite industrializado consumido era originário do Centro-Oeste. Com a demanda resultante da política, que exigiu compra de leite em sacos plásticos (“barriga mole”), em pouco tempo reconstruiu-se o mercado de laticínios no Nordeste, aproximando localmente produtores e compradores, além de contribuir para a redução da fome. O financiamento gerou a demanda e os produtores estruturaram ‘como’ e o ‘o quê’ fazer.

2 A produtividade da agricultura brasileira apoia-se, em grande parte, na destruição de serviços ecossistêmicos essenciais.

O desempenho do agronegócio é medido frequentemente pela sua produtividade, que vem crescendo regularmente. Essa eficiência, medida tanto pela produtividade do trabalho, como pelos rendimentos do solo, apoia-se em pesquisa e tecnologia, mas também na destruição de serviços ecossistêmicos, a começar pela oferta de água, pela biodiversidade e por sua imensa participação na emissão de gases de efeito estufa.

Sob este ângulo, é importante notar que a eficiência econômica apoia-se, em grande parte, na destruição de serviços ecossistêmicos fundamentais para a própria agricultura. Esse quadro é agravado por amplos subsídios e regulares alívios de dívidas, o que acaba por revelar mais sobre as opções políticas do que sobre a eficiência intrínseca desse modelo de produção.

- > Dois terços do **crédito agrícola** advêm de *traders* de commodities (privado) e um terço é público – que, no entanto, mimetiza o privado. Para financiar um novo modelo agrícola deve-se buscar novos critérios de disponibilização de crédito. Hoje, o subsídio ao crédito agrícola depende apenas de uma análise financeira, cuja consideração a respeito dos impactos das atividades econômicas sobre os serviços ecossistêmicos dos quais esta atividade depende é precária. Por exemplo, estruturas de crédito que precifiquem a redução de uso do nitrogênio, associadas a monitoramentos eletrônicos, estão ficando baratas quando comparadas ao volume plantado. É fundamental estimular a emergência de uma agenda de crédito que tenha um subsídio indutor do novo modelo.

- > É necessário calcular **custo real da produção** de commodities agrícolas, levando-se em conta isenções, evasões fiscais, bem como externalidades como desmatamento, ameaças à saúde por contaminação de agrotóxicos e emissões de gases de efeito estufa, entre outras. Esse cálculo ajudaria a reconfigurar o discurso de eficiência do setor sobre bases mais reais.

- > Surgem iniciativas capazes de representar alternativas a este modelo. Embora de forma minoritária, crescem os empreendimentos de **produção orgânica** em todo o Brasil, bem como os que se voltam explicitamente a associar eficiência produtiva ao aumento na oferta de água, de superfícies florestais e de biodiversidade. A integração entre lavoura e pecuária (e, em alguns casos, também de florestas) representa também alternativa viável que se expande, sobretudo no Centro-Oeste do país.

3 É preciso transformar os princípios que orientam as políticas de controle dos agrotóxicos.

Pesquisas científicas sobre os efeitos de agrotóxicos na saúde humana e no meio ambiente são, com frequência, custosas e de longo prazo.

A introdução constante de novas substâncias no mercado e, principalmente, a interação entre diferentes substâncias no meio ambiente, dificultam a conclusão de pesquisas em tempo adequado.

Diante disso, a abordagem pertinente seria a do princípio da precaução. Em seu lugar, vigora o princípio da avaliação de risco, que assume níveis aceitáveis de ingestão de substância comprovadamente ou provavelmente carcinogênicas. É sobretudo fundamental que o conhecimento acumulado já existente sobre o impacto de agrotóxicos na saúde humana seja capaz de informar as medidas de regulação da comercialização e uso dessas substâncias.

- O Brasil é o **maior consumidor de agrotóxicos** do mundo. Seu consumo está também associado ao uso de sementes transgênicas. É o caso do glifosato – presente no herbicida *Roundup*, da Monsanto, aplicado em conjunto com a semente de soja *Roundup Ready*.

- > É necessário avançar no **monitoramento do uso de agrotóxicos** na alimentação e ampliar a transparência dos estudos nessa área. O Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) apontou a presença simultânea de diversas substâncias e de índices elevados de resíduos, inclusive com agrotóxicos não autorizados para os alimentos nos quais foram identificados.
- > Um dos desafios no debate sobre os efeitos dos agrotóxicos na saúde e meio ambiente está relacionado à **multicausalidade** das doenças crônicas não-transmissíveis, exigindo pesquisas que indiquem a *atribuição*, mais do que a *contribuição* das substâncias utilizadas na produção de alimentos.
- > Diferentemente do que ocorre com a regulação de medicamentos, que precisam ter sua licença revalidada a cada cinco anos, os agrotóxicos, uma vez aprovados, têm licença indeterminada. A exigência de **revisão da licença** por parte da Anvisa ampliaria a segurança na utilização das substância, particularmente em função do avanço nos instrumentos de aferição, que com o tempo tornam-se mais sofisticados e precisos, detectando efeitos que antes não eram identificados.
- > Há um discurso em ascensão de que é normal e aceitável o **uso de agrotóxicos** nos níveis atuais e que o problema estaria restrito aos produtos contrabandeados. A discussão, portanto, estaria direcionada à gestão de risco em seu uso, obscurecendo o real descontrole que cerca o problema dos agrotóxicos no país.
- > É importante incentivar a realização **de pesquisas longitudinais** (coorte) no Brasil que busquem estabelecer o vínculo entre a exposição aos níveis atuais de agrotóxicos e o desenvolvimento de doenças graves. Como os estudos de coorte são mais custosos e complexos, a alternativa tem sido desenvolver trabalhos de correlação aos estudos internacionais, mas que são com frequência questionados por serem desenvolvidos em condições muito distintas, particularmente em relação às diferenças entre o clima temperado e tropical.

4 É preciso fortalecer a agroecologia como alternativa ao modelo atual.

Os impactos dos fertilizantes nitrogenados e agrotóxicos no meio ambiente (clima, água, solos e biodiversidade) e na saúde humana evidenciam a inviabilidade e insustentabilidade do modelo de produção agropecuária convencional.

A agroecologia é parte de um movimento que procura encontrar na própria natureza soluções aos desafios produtivos contemporâneos.

Ela combina a possibilidade de produção de alimentos saudáveis, com baixo impacto ambiental.

Ela também é mais propensa à justa distribuição de valor na sua cadeia produtiva e valoriza circuitos curtos de distribuição do produto, bem como os territórios em que seus produtos se originam.

A agroecologia avançou no espaço político-institucional criado pelas políticas voltadas à agricultura familiar, tais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Para o seu fortalecimento é preciso, entre outras ações, criar linhas de crédito específicas, garantir maior

reequilíbrio entre os subsídios e isenções tributárias e fortalecer as redes de apoio, assistência técnica, distribuição e comercialização.

- > Do ponto de vista institucional, a agenda da **agroecologia ainda é marginal** nos órgãos oficiais de assistência técnica. Há excessivo apoio ao melhoramento genético em detrimento de pesquisas que busquem a saúde do solo como o mais importante meio para ampliar a produtividade.
- > Estamos muito aquém do desafio contemporâneo de pensar um sistema agroalimentar que estreite e fortaleça os **vínculos entre produção, consumo, saúde e conservação**. A agroecologia, mas também a biomimética, a economia circular e outras correntes que procuram fazer do conhecimento da natureza a fonte para melhorar o desempenho dos agricultores, vão se consolidando como formas de estimular a necessária abordagem sistêmica dos vínculos entre agricultura, alimentação e saúde.
- > Mesmo que se vislumbre um horizonte desejável de predomínio da agroecologia no uso do solo brasileiro, é claro que haverá, durante um tempo mais ou menos longo, a convivência entre ela e os modelos convencionais de modernização agrícola. O importante é que esta convivência não seja distorcida por benefícios indevidos aos modelos convencionais e que o **sucesso da agroecologia** no plano econômico seja o mais importante vetor de sua adoção por parte de diferentes categorias de agricultores.
- > É importante desenvolver uma narrativa alternativa àquela da **modernização agrícola convencional**. A narrativa subjacente às formas convencionais de progresso técnico na agricultura é linear. A agroecologia tem a ambição de introduzir a ideia de economia circular (onde os produtos bióticos são não apenas aproveitados, mas permanentemente valorizados) na produção agropecuária.

5 O aumento da obesidade e a persistência da fome.

Apesar das notórias conquistas no combate à fome, não se pode afirmar que esta seja uma realidade completamente superada no Brasil.

Ao mesmo tempo, a população brasileira está cada vez mais obesa, seguindo o caminho de outros países em que a obesidade já se configura como epidemia, aumentando em ritmo acentuado a incidência de doenças crônicas não-transmissíveis como a diabetes, a hipertensão e o câncer. Ambos sintomas do atual sistema alimentar ineficaz e desigual, a fome e a obesidade estão menos relacionadas aos desafios na produção de alimentos e mais à lógica da indústria agroalimentar e às questões de acesso. A valorização de padrões alimentares ancorados em culturas culinárias locais, como é o caso do Brasil, tem se provado importante caminho para evitar o aumento da obesidade aos níveis conhecidos nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha ou no México. A alimentação que se apoia fundamentalmente em comida e na cozinha domiciliar (e não no consumo

indiscriminado de ultraprocessados) têm mais chances de reduzir os danos ambientais do setor agroalimentar, seja na produção, seja em processamento e na destinação de suas embalagens.

- > Os avanços no **combate à fome** foram alcançados menos pelo aumento na produção de alimentos e mais pela implantação de ações de acesso tais como o aumento do salário mínimo, a formalização dos trabalhadores, a aposentadoria e o fortalecimento da agricultura familiar. Este quadro está sob ameaça em virtude do congelamento do salário mínimo, da precarização do trabalho, das perdas na aposentadoria, do desemprego, da redução da aposentadoria rural, do enfraquecimento das políticas de apoio à agricultura familiar e compras institucionais.
- > Há um grande risco no sistema agroalimentar brasileiro de **volta à fome** e o processo de deterioração é rápido (em 3 ou 4 meses uma criança pode estar desnutrida). Relatórios da CEPAL e da FAO mostram a volta da fome em diversas regiões do mundo, indicando que o seu combate não deve ser abandonado.
- > A experiência de países em que a obesidade da população é epidêmica tem mostrado que as **políticas de combate à obesidade são mais complexas** e difíceis do que as voltadas a evitar sua propagação.

6 Os produtos ultraprocessados são o novo tabaco.

Atualmente, 25% das calorias consumidas pelos brasileiros são provenientes de produtos ultraprocessados, cifra crescente mas ainda distante da média dos Estados Unidos, que alcança 60%. Em 10 anos, no Nordeste, o percentual de crianças desnutridas caiu de 22% para 6% (sendo a taxa mínima de 2,5%). No mesmo período (2006 a 2016), o número de obesos passou de 12% a 19% no Brasil. É imensa a pressão para que os brasileiros troquem os alimentos tradicionais (feijão, arroz, carne, verduras, etc.) por ultraprocessados. Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira, são produtos ultraprocessados as formulações industriais que se utilizam de substâncias extraídas dos alimentos ou sintetizadas a partir de matérias orgânicas como petróleo e carvão. Os ultraprocessados são associados à disseminação de doenças crônicas não-transmissíveis como diabetes, obesidade, hipertensão e câncer. Assim como o tabaco, representam grave ameaça à saúde pública e devem

ser objeto de controle e campanhas de informação. Seu consumo deve ser desencorajado por meio de políticas públicas que ampliem a transparência sobre o seu conteúdo e efeitos, aumentem a taxaço de determinados produtos e restrinjam a publicidade, particularmente direcionada a crianças e adolescentes.

- > É fundamental distinguir alimentos **ultraprocessados e industrializados**, que são hoje objeto de deliberada confusão. A sociedade moderna não vive apenas de produtos *in natura*. Farinhas, macarrão, leite embalado, ingredientes culinários, queijos, pães, etc. são alimentos industrializados e podem ser equilibrados. Os ultraprocessados são desequilibrados *by design*, não produzindo sensação de saciedade e induzindo a ingestão de excesso de calorias.
- > A consolidação do conceito de *ultraprocessados*, que tem sido alvo de questionamentos por parte da indústria (mas cujo reconhecimento em publicações científicas internacionais de alta qualidade é cada vez maior), abre espaço para medidas adicionais que visam desestimular seu consumo. Entre estas medidas é fundamental a restrição da sua oferta em certos espaços, como escolas e hospitais, criando **áreas livres de alimentos ultraprocessados**.
- > O **modelo de negócio** da indústria de ultraprocessados parece seguir a mesma direção do tabaco. Esses alimentos não possuem qualquer função nutricional e são absolutamente dispensáveis do ponto de vista da manutenção das funções corpóreas. Entretanto, têm crescido particularmente em países emergentes – onde o mercado ainda não alcançou o seu potencial. Esse mercado articulada ampla rede de empresas, envolvendo indústria, supermercados, pequeno varejo, distribuidores, chefes de cozinha, entre outros.

- > A indústria de ultraprocessados cria a demanda para a produção intensiva de grãos, que lhe oferece matéria-prima a preços baixos, em abundância e produzida a base de **insumos químicos**. A concentração de químicos em alimentos processados e ultraprocessados é, com frequência, esquecida ou ocultada, criando a falsa percepção de que o problema no consumo de agrotóxicos e outros insumos está limitada aos alimentos *in natura*.
- > Com frequência, estudos que buscam evidenciar os efeitos nocivos dos agrotóxicos ou alimentos ultraprocessados são rejeitados por **periódicos científicos** capturados por interesses privados ou rebatidos diretamente pela indústria por meio de estudos próprios e ações de comunicação, confundindo reguladores e o público em geral.
- > A **rotulagem** dos produtos deveria adotar o modelo de advertência, seguindo a experiência chilena, que estabelece uma marca distintiva (hexágono) nas embalagens indicando alto índice de açúcar, gordura, calorias e sódio nos alimentos. O modelo alternativo do semáforo, também em processo de discussão, opera pela lógica de informação nutricional, que acaba confundindo o consumidor, e tem se demonstrado pouco efetivo.
- > Iniciativas de **autorregulação** da indústria têm produzido poucos resultados e compromissos firmados são frequentemente descumpridos. Mecanismos de taxação ou restrição de publicidade tendem a produzir mais efeito – mas enfrentam forte *lobby* do setor.
- > O **Guia Alimentar** para a População Brasileira é reconhecido internacionalmente como referência para a boa orientação alimentar. Sua realização foi resultado de grandes esforços, mas a sua continuidade não está assegurada (pode ser alterado). Diante disso, é importante construir estratégias de divulgação e adaptação do conteúdo a públicos diversos.

7 É preciso restabelecer o conhecimento sobre os alimentos e a prática de cozinhar.

A melhoria dos padrões de alimentação depende diretamente de uma mudança na relação com os alimentos, da dedicação e conhecimento sobre sua origem, o seu preparo e o planejamento necessário à sua inserção na vida contemporânea. Uma nova relação com a cozinha depende também da divisão igualitária de trabalho em casa, do reposicionamento do papel das mulheres na economia doméstica e da valorização da alimentação em sua integralidade – e não apenas como ingestão de nutrientes. A aproximação e reconhecimento da relevância do preparo de alimentos exerce também papel central na valorização da cultura alimentar e diversidade de ingredientes.

- > A resistência à expansão do consumo de ultraprocessados passa pela informação prática sobre como cozinhar e planejar a **alimentação doméstica** para públicos adultos. A inteligência alimentar, gestada por nós ao longo de séculos, está se perdendo. Felizmente, o consumo de feijão com arroz e os altos preços dos ultraprocessados são fatores que contribuem a reduzir o ritmo de sua entrada na dieta dos brasileiros.
- > O movimento de “**retorno à cozinha**” exige maior dedicação de tempo ao preparo dos alimentos, que encontra na rotina, particularmente das grandes cidades, um grande obstáculo em função do tempo despendido no deslocamento entre casa e trabalho.
- > O investimento da indústria vai no sentido de responder à falta de tempo imposta pela vida contemporânea com a **praticidade dos alimentos prontos**, estimulando a narrativa de que a “mulher moderna” é aquela que não perde tempo na cozinha – evidenciando dois problemas fundamentais: questões de gênero e sobre o que significa ter uma alimentação adequada. É importante lembrar que a indústria do tabaco também empregou a retórica da emancipação feminina como forma de ampliar seu consumo.
- > A decisão privada de reconectar-se ao ato do **preparo de alimentos** é premente. Mas ela passa pela defesa de que aprender a cozinhar e fazer planejamento doméstico/alimentar deveria ser tão central para a vida como aprender a ler e escrever.

8 A sociobiodiversidade tem papel crucial na cultura alimentar.

Atualmente, a população de todo o mundo se alimenta cada vez mais de uma menor e restrita diversidade de alimentos (60% das calorias consumidas pela humanidade provém de três grãos – milho, arroz e trigo). E o Brasil, que só na Amazônia guarda milhares de espécies e variedades de alimentos (em grande parte desconhecidas), segue o mesmo caminho. Esse e outros vastos territórios do país têm imensa sociobiodiversidade, pouco conhecida, nada valorizada e em risco. Hoje, o aparato de financiamento na Amazônia financia muito mais o desmatamento do que a economia da sociobiodiversidade. O maior conhecimento da biodiversidade e uma lógica de preservação que reaproxima o homem à natureza e coloca o reconhecimento das populações e territórios originais no centro do debate é passo fundamental para proteger e valorizar nossa cultura alimentar.

- > A Amazônia tem mais de 24 milhões de habitantes, parte dos quais distribuí-se em cerca de 35 mil comunidades ribeirinhas e 147 etnias indígenas. Essa diversidade não tem assegurado às populações tradicionais **diversidade alimentar**. A monotonia alimentar e o consumo de ultraprocessados são crescentes na Amazônia, mesmo em comunidades indígenas. É preciso estabelecer formas de fomentar a biodiversidade local e o conhecimento tradicional integrando-os às cadeias de valor do sistema alimentar.
- > O grau de desconhecimento das espécies amazônicas é grande. Atualmente, existem mais pesquisadores estrangeiros do que brasileiros na Amazônia. É preciso fomentar a **pesquisa nacional**.
- > O papel estratégico da **sociobiodiversidade** brasileira ainda precisa ser bem desenvolvido. Há grande potencial, por exemplo, na exploração de PANCS (Plantas Alimentícias Não-Convencionais) no trabalho com chefs de cozinha, estudantes de nutrição e de gastronomia com alimentos oriundos da sociobiodiversidade brasileira.

9 O desafio da alimentação é cada vez mais urbano.

A concentração cada vez maior da população no território urbano insere as grandes cidades no centro do debate sobre a alimentação. Para além do principal desafio que é alimentar uma população cada vez maior, entre os pontos centrais da questão está a enorme distância entre os locais de consumo e de produção dos alimentos, a desigualdade de acesso a alimentos saudáveis em todos os locais da cidade (criando o que passou a ser denominado *desertos alimentares*) e as dinâmicas da vida urbana que afastam as pessoas da cultura alimentar saudável. Políticas públicas municipais voltadas a sincronizar e reequilibrar a produção, o processamento, o transporte, o comércio, a distribuição, o abastecimento e o consumo de alimentos e que fazem melhor a conexão entre a produção e o consumo nas cidades – trazendo, inclusive, a produção para dentro do perímetro urbano – devem ser cada vez mais estimuladas para garantir o direito à alimentação da população.

- > Para mudar a lógica do sistema alimentar é preciso pensar que o alimento deve ser consumido perto de sua origem, criando **circuitos curtos de produção e consumo**. Atua-se, nesse sentido, realocando sistemas agroalimentares e os vinculando às pequenas cidades para geração de dinamismo e desenvolvimento do ambiente local. Para regular os mercados locais, deve-se construir atores e capital social nos territórios, mudando a lógica de construção política centralizada para uma lógica descentralizada.

- > O **Pacto de Milão** sobre Política de Alimentação Urbana é referência para políticas municipais de alimentação. O documento sintetiza 37 ações recomendadas para que gestores implementem em suas cidades, algumas das quais bastante conhecidas no Brasil, sobretudo na área de abastecimento tais como criar hortas e cozinhas comunitárias, centrais de compostagem, bancos de alimentos, restaurantes populares, entre outras.

- > Há uma preocupação com os **processos de privatização** de mercados municipais, como em São Paulo, nos quais há pouco espaço para negociações sobre as suas condições e termos de contrato para a manutenção de seu sentido público.

- > A indústria de ultraprocessados tomou conta dos pequenos varejos, derrubando a ilusão de que eles dariam conta de oferecer frutas, verduras e legumes à população das periferias. O mercado, sem uma política **pública de abastecimento**, não consegue dar conta de assegurar a oferta equitativa de alimentos *in natura* à população. A pressão dos movimentos aumenta quando há articulação na sociedade civil, que precisa ser apoiada. Hoje, não há qualquer movimento pelo abastecimento e pouca defesa de iniciativas como feiras-livres.

- > É preciso proteger os avanços históricos e dar sequência à agenda nacional da **segurança alimentar**. Vincular o mercado institucional à agricultura familiar é fundamental e é uma agenda que avança pouco no Brasil em comparação com o mundo.

10 Melhorar a alimentação na escola pública é transformar a alimentação no país.

A rede pública de educação brasileira oferece diariamente alimentação a 43 milhões de crianças, em uma operação capaz de mobilizar todo um sistema de produção, abastecimento e preparo de alimentos. Além disso, é o espaço por excelência para a construção de uma nova relação entre alimentação, saúde e meio ambiente por meio da educação. As políticas públicas de aquisição de alimentos nas escolas têm um papel central na transformação dos sistemas agroalimentares e enorme potencial de transformação cultural e de impacto no sistema de produção. Fortalecer as políticas de alimentação escolar existentes, tais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), pode ser um caminho de alto impacto. O programa, coordenado pelo Ministério da Educação (MEC), é responsável pela distribuição de refeições gratuitas para estudantes da creche ao ensino médio todos os dias letivos e considerado, por sua magnitude e impacto, referência internacional como um dos maiores programas de alimentação do mundo.

- > O avanço dos ultraprocessados e o crescente distanciamento da população em relação à produção de alimentos *de verdade* têm gerado a necessidade de se investir na **alfabetização alimentar** (*food literacy*), demanda inexistente nas gerações passadas.
- > Com uma alimentação saudável nas escolas, as crianças estarão protegidas em um turno; com a **educação alimentar**, passam a ser ativistas dentro de casa.
- > O Programa Nacional da Alimentação Escolar (**PNAE**) garantiu, com recursos federais, a aquisição de 30% dos alimentos da escola pública brasileira da agricultura familiar (frutas, verduras, proteínas e carboidratos) em grande parte dos municípios brasileiros.
- > É importante regulamentar o tipo de **alimento vendido nas escolas**. Essa medida deve encontrar resistência no *lobby* da indústria de alimentos, que tem a escola como mercado estratégico e não tem interesse em torná-la espaço livre de ultraprocessados.
- > A nutrição, historicamente, não fez parte do **campo da saúde**, não foi por muito tempo assunto do Sistema Único de Saúde (SUS). Era “coisa de rico”, não era levado em consideração. Houve demora no seu reconhecimento como área da saúde.
- > Há uma oportunidade de vincular a narrativa dos efeitos na saúde decorrentes da alimentação com o sistema de proteção dos **direitos da criança e adolescente**.

O Brasil precisa regenerar os tecidos socioambientais que seu crescimento tem destruído

Ricardo Abramovay¹

A espetacular redução da fome no mundo, ao longo do século xx, é uma das maiores conquistas democráticas contemporâneas. Os riscos de escassez alimentar ligam-se a situações extremas (como a que marca neste momento vários países da África sub-sahariana) e não são mais um traço permanente da sociedade global. É verdade que estes riscos podem ampliar-se pelas mudanças climáticas, pelas dificuldades de o progresso tecnológico estar à altura dos novos desafios criados pelo sistema alimentar contemporâneo e pelo esgotamento das fronteiras agrícolas: nada menos que 40% da superfície terrestre é ocupada com atividades agropecuárias.

Mas o ponto de partida para qualquer reflexão sobre os vínculos entre agricultura, alimentação e saúde está no reconhecimento de que a fome vem caindo de forma muito expressiva ao longo das últimas décadas. Ao início dos anos 1970, quase dois terços da população brasileira tinham ingestão calórica inferior a suas necessidades. Esta proporção não chega hoje a 5%². Diferentemente do que ocorria em 1946, quando Josué de Castro publicou a Geografia da Fome, a fome, no Brasil, deixou de ser uma epidemia. Este progresso tem dois componentes fundamentais.

1. O documento contou com a colaboração de Andre Degenszajn e Iara Rolnik.

2. Ver o Global Hunger Index, publicado anualmente, pelo IFPRI, desde 2006.

Por um lado, ele se apoia no crescimento e na estabilização da renda dos que se encontram na base da pirâmide social. No caso brasileiro, as políticas de valorização do salário mínimo, os estímulos à formalização de contingentes que viviam na informalidade, as políticas de transferência de renda (tanto o Bolsa-família, como a aposentadoria rural), o fortalecimento da agricultura familiar, a vitória contra a hiperinflação e o crescimento econômico da primeira década do milênio permitiram ampliar a quantidade e a diversidade do que comem os brasileiros. Alimentos de origem animal, por exemplo, passam a integrar a dieta regular da maior parte da população, diferentemente do que prevalecia até o final dos anos 1970. Situações como a de Madalena, comendo farinha seca, sentada numa pedra, da canção de Isidoro Oliveira interpretada por Gilberto Gil, são cada vez mais raras. A monotonia alimentar associada ao estudo da Geografia da Fome de Josué de Castro deixou de caracterizar de forma massiva a vida brasileira.

Do lado da oferta, a redução da fome no Brasil (e no mundo) apoia-se no impressionante declínio dos preços alimentares e na consolidação do país entre os maiores produtores e exportadores de produtos agrícolas. O Brasil tem hoje a mais importante agricultura de grãos em área tropical do mundo e a Embrapa (a maior empresa de pesquisa agropecuária do hemisfério Sul) tem papel importante para esta conquista, bem como os investimentos privados em pesquisa tanto na área biológica, como na área química e mecânica.

Este crescimento agropecuário é impulsionado de forma estratégica pela base industrial e comercial que se encontra a montante e a jusante do setor agrícola. É a indústria que fornece os insumos e os equipamentos necessários ao crescimento agrícola, cujos resultados destinam-se igualmente ou à transformação industrial ou a grandes companhias de comercialização. Este enquadramento não se restringe aos produtos exportados, mas é essencial ao próprio mercado interno. A esmagadora maioria dos produtos que compõem a pauta exportadora brasileira (carne, soja, aves, para não falar do tabaco...) são igualmente importantes na alimentação do país. E estes são produtos em que tanto a agricultura patronal como a familiar têm participação fundamental. A ideia tão

propalada de que a agricultura familiar alimenta a população brasileira, enquanto a patronal ocupa-se de mercados externos não é corroborada pelas evidências empíricas.

Reconhecer as vitórias brasileiras e globais na luta contra a fome não pode, entretanto, escamotear dois vínculos decisivos, que têm sido analisados de maneira precária e até escamoteados do debate público. O primeiro refere-se à relação entre alimentação e saúde. O alimento, que deveria estar entre os componentes mais importantes do bem-estar e das culturas humanas, converteu-se em ameaça à saúde coletiva.

O segundo vínculo é entre alimentação e agricultura. O crescimento da agricultura e, mais ainda, da pecuária brasileira está vinculado não só ao desmatamento, mas, também, com imensa frequência, à destruição de recursos essenciais à vida social, como os solos, a água e a biodiversidade.

Os inegáveis ganhos econômicos do setor agropecuário brasileiro e a elevação por ela alcançada da produtividade do trabalho e dos rendimentos do solo têm um custo socioambiental que não entra nem na contabilidade das empresas, nem nas contas nacionais. O gráfico abaixo compara os custos ambientais (que não entram nas contas das empresas, bem entendido) da produção em vários setores da economia global com os ganhos das empresas. No setor agroalimentar estes custos sobem a 224% dos ganhos empresariais. Ou seja, se as empresas pagassem pelo uso dos serviços ecossistêmicos de que dependem e que sistematicamente destroem, elas teriam que interromper suas operações. Que estas informações estejam num relatório da KPMG³ é muito significativo da urgência do problema.

Sete temas fundamentais devem ser aí destacados. Cada um destes temas suscita debates, argumentos e narrativas fundamentais para o debate público contemporâneo.

3. <http://bit.ly/2mm9ruR>. p. 9.

1. Sistemas agroalimentares: impactos socioambientais e modelos alternativos

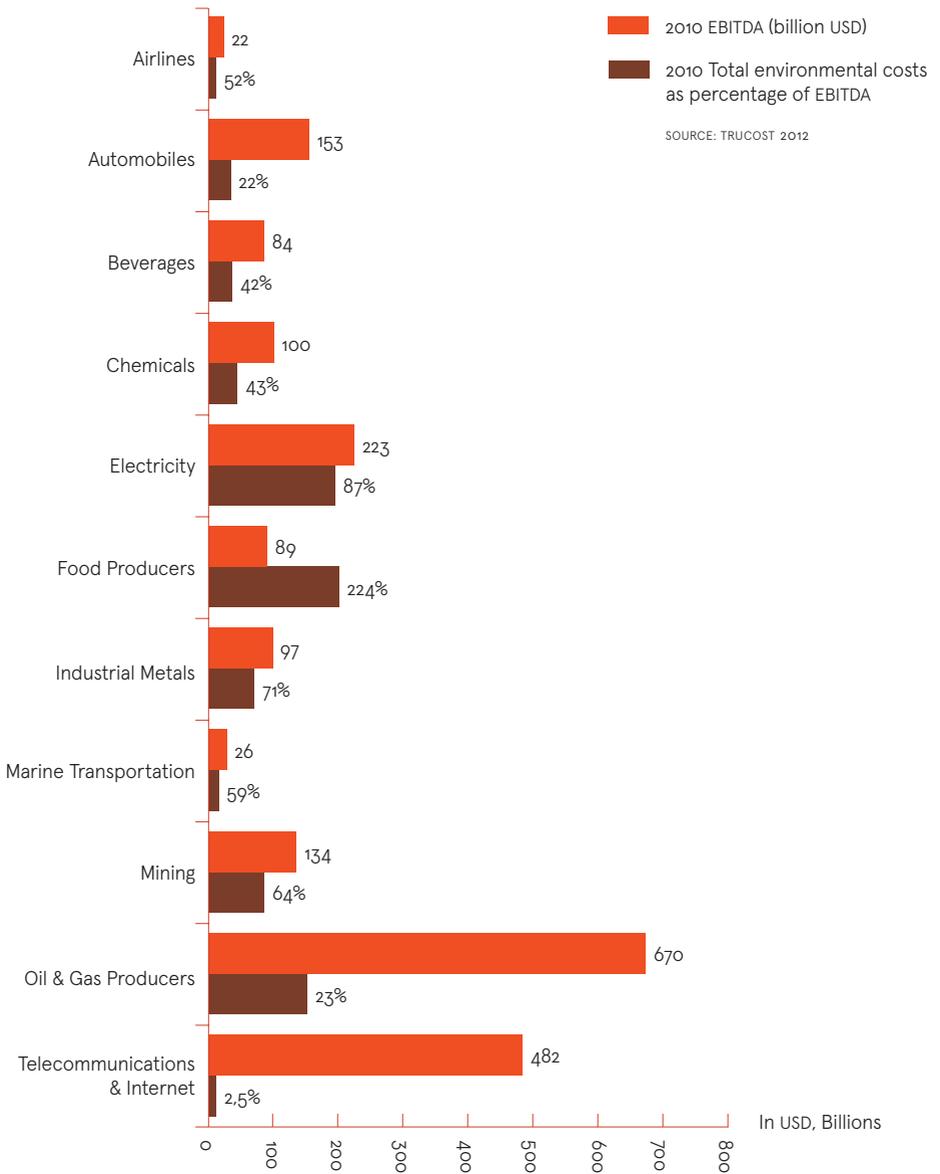
1.1 AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

A agricultura brasileira e sua estrutura fundiária são atualmente definidas pelo imenso peso de unidades patronais, marcadas por gigantescas extensões territoriais e forte especialização cultural. Esse modelo contribuiu para a oferta de alimentação relativamente barata, capaz de responder às necessidades de grandes contingentes populacionais em aglomerações urbanas. No entanto, o dinamismo produtivo da agropecuária apoia-se num processo amplo de destruição dos serviços ecossistêmicos dos quais a sociedade como um todo e o próprio setor dependem.

- a. A agricultura brasileira pode ser sustentável, com tão grande peso de grandes unidades produtivas?
- b. A diversificação agropecuária conduz necessariamente à redução nas vantagens de escala, que estão na raiz da alimentação barata?
- c. Nas unidades de grande extensão que incorporam progresso técnico, é possível o desenvolvimento de uma agricultura regenerativa? Os poucos exemplos nesta direção (Usina São Francisco, que produz o açúcar Native) são passíveis de generalização?⁴
- d. Quais as condições para a massificação das práticas produtivas que eliminam os insumos químicos, tais como as preconizadas pela agroecologia?
- e. As iniciativas voltadas à oferta limitada de produtos extrativistas, que estão na base de sua capacidade de preservar e contribuir para a regeneração dos territórios, devem ampliar seus vínculos com indústrias e grandes *traders*, ou, ao contrário, estes atores vão acabar por destruí-las?

⁴ Em 1954 J. I. Rodale, talvez o primeiro a cunhar a ideia de “agricultura regenerativa” dizia: “agricultura orgânica não é uma moda (a fad). É uma prática longamente consagrada – muito mais firmemente estabelecida que a atual tendência química. As práticas agrícolas atuais estão nos conduzindo ladeira abaixo”. Ver <https://rodaleinstitute.org/about-us/mission-and-history/>.

2010 EBITDA VS EXTERNAL ENVIRONMENTAL COSTS



1.2 IMPACTOS AMBIENTAIS

Apesar do imenso progresso técnico que a caracteriza, a agropecuária continua sendo vetor de destruição de recursos naturais, sobretudo (no que se refere ao Brasil) no Cerrado e na Amazônia. Além disso, as áreas de produção altamente especializadas tendem a ser mais vulneráveis a fenômenos climáticos extremos e sobretudo às secas. No semiárido do Nordeste, os especialistas mostram que a temperatura média já está numa rota de elevação de três graus.

- a. Quais são os principais problemas socioambientais subjacentes ao sucesso econômico do setor?
- b. Quais podem ser as estratégias de enfrentamento destes problemas tendo em vista tanto o poder dos incumbentes, quanto a própria estrutura da oferta agropecuária, na qual as grandes propriedades e a indústria têm peso decisivo?
- c. É nos “sistemas produtivos locais” que se encontra a chance maior de compatibilizar a oferta de produtos agropecuários com o respeito à necessidade de regenerar os tecidos socioambientais que, até aqui, o crescimento agropecuário tem sistematicamente destruído?

1.3 DISPUTA DE NARRATIVAS

O fortalecimento das narrativas que exaltam as virtudes das atuais formas de produção agropecuária é correlativo ao enfraquecimento de narrativas que lhes sejam alternativas, que com frequência pecam pelo estabelecimento de contraposições pouco fundamentadas em dados reais.

- a. É possível sustentar a oposição entre uma agricultura de larga escala produtora de bens fundamentalmente para exportação e uma agricultura familiar, virtuosa, voltada ao mercado interno e com maior capacidade de uso racional dos recursos ecossistêmicos? Quais os limites dessa oposição?

- b. Estamos falando de uma convivência entre agricultura convencional e agroecologia ou podemos vislumbrar um futuro em que, se os incentivos governamentais e privados fossem dirigidos corretamente e se os custos socioambientais da produção fossem contabilizados, teríamos uma gradual substituição da agricultura convencional pela agroecologia?

2. Saúde, alimentação e indústria de ultraprocessados

2.1 ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS

A indústria e um ínfimo punhado de gigantescas *tradings* globais dominam e respondem pela maior parte da oferta alimentar contemporânea. Essa oferta está baseada em produtos ultraprocessados, nos quais a presença de alimentos é ínfima e cujas consequências para a saúde coletiva são desastrosas. No mundo (e também no Brasil) há mais obesos e pessoas com sobrepeso do que famintos. Alimentos ultraprocessados e suas embalagens são componentes decisivos da cultura alimentar contemporânea. Mas existe aí uma tensão importante. De um lado estão os que defendem a organização atual, procurando mostrar que foi ela basicamente que permitiu reduzir a fome e ampliar a oferta e a diversidade de alimentos em condições sanitárias cada vez melhores. Há, de outro, segmentos importantes, inclusive da própria indústria e do setor financeiro, que percebem o vínculo entre alimentação, saúde e agricultura como portadores de riscos empresariais imensos⁵.

5. É o caso da FAIRR (<http://www.fairr.org/>), da Danone, da TetraPack, da Native e, de certa forma, da própria Unilever, quando compra a Ben&Jerry ou a Mãe Terra. O alerta referente aos impactos das grandes unidades produtivas sobre o bem-estar animal e a dificuldade em avançar na luta contra a resistência aos antibióticos tem sido dado por protagonistas importantes do próprio meio empresarial além das organizações multilaterais. Em maio de 2017 um grupo de 17 grandes investidores responsáveis por ativos de US\$ 2 trilhões lançaram uma campanha para limitar o uso de antibióticos nas cadeias alimentares. O temor é que estes antibióticos, amplamente usados nas criações de aves e suínos, elevem a resistência em seres humanos. Wellcome Trust, o segundo maior investidor privado em pesquisa médica teme que sem novos antibióticos estas resistências provoquem a morte de milhões de pessoas. Ver <http://ricardoabramovay.com/muito-alem-da-carne-fraca/>.

- a. Em que estágio se encontra o Brasil no que se refere à transição para uma dieta baseada em alimentos ultraprocessados? Quais são as características brasileiras que se constituem como resistência, real ou potencial, a essa transição?
- b. A pressão social e os próprios impactos negativos das práticas empresariais podem fazer com que as corporações agroalimentares modifiquem seus modelos de negócio? Há lugar para a difusão de uma cultura empresarial diferente, a partir de uma nova relação entre alimentação, agricultura e saúde?
- c. Como a desigualdade socioeconômica afeta o padrão alimentar da população? A ampliação do consumo de alimentos ultraprocessados acompanha a renda familiar da população?

2.2. AGROTÓXICOS E SAÚDE

Frontiers (2017)⁶ lançou alerta com relação aos perigos que não só os fertilizantes nitrogenados e os agrotóxicos, mas também os antibióticos representam para os serviços ecossistêmicos dos quais dependemos e também, cada vez mais diretamente, para a saúde humana. Embora a agricultura tenha conseguido, globalmente, elevar os rendimentos do solo (mais produto por área), esta conquista se faz por meio do uso crescente de fertilizantes nitrogenados tanto por unidade de terra, como por unidade de produto⁷. É importante lembrar que o ciclo do nitrogênio é uma das três fronteiras planetárias que, segundo Johan Rockstrom, já colocam a espécie humana além do espaço seguro de operação para a reprodução social e o desenvolvimento⁸. No campo da saúde, há fortes indícios que associam o uso de agrotóxicos na alimentação com o aumento de doenças não-transmissíveis, particularmente o câncer. Ainda assim, a força dos interesses privados contribui para criar uma cortina de fumaça que dificulta o enfrentamento desse problema com bases empíricas mais sólidas e orientado por um debate público consequente.

6. <https://wedocs.unep.org/handle/20.500.11822/22255>

7. http://www.gci.org.uk/Documents/Decoupling_Report_English.pdf, página 21.

8. <http://ricardoabramovay.com/o-antropoceno-e-os-limites-da-terra/>

- a. Há razões técnicas que justifiquem o uso de agrotóxicos nos padrões aplicados no Brasil? Há, de fato, uma associação direta entre o uso de agrotóxicos e os ganhos de produtividade decorrentes da sua utilização?
- b. As pesquisas que buscam identificar os efeitos dos agrotóxicos na saúde humana enfrentam uma série de dificuldades, notadamente os custos e o tempo necessário para sua realização. Essa condição abre espaço para um campo de indeterminação que resulta em um ambiente de permissividade a essas substâncias, com resistências à incorporação do princípio da precaução. Como transformar esse quadro? Quais as instituições deveriam atuar nesse sentido? Qual o estado atual das pesquisas que buscam comprovar esse vínculo?
- c. Algumas substâncias proibidas em outros países são permitidas na produção de alimentos no Brasil. O que justifica essa diferença? Considerando a pauta de exportação brasileira, como esse desequilíbrio pode servir para alterar esse cenário?

3. Políticas públicas, controle social e regulação

É importante repensar o papel das políticas públicas na agricultura do século XXI. A lógica das políticas agrícolas do século XX, que teve início nos EUA, com o New Deal, consistiu em estimular o aumento da produção e, ao mesmo tempo, garantir a renda dos produtores por mecanismos que envolveram gigantescos subsídios estatais. Estas políticas acabaram se convertendo em fontes de gastos públicos voltados a segmentos de alta renda na agricultura. No Brasil, os subsídios ao setor patronal da agricultura é e foi historicamente muito grande. Ao mesmo tempo, durante o século XXI, implantaram-se políticas construtivas de fortalecimento da agricultura familiar (Pronaf, PNAE, PAA, entre outras) que se traduziram por um vínculo entre agricultura, alimentação e luta contra a pobreza e que são reconhecidas internacionalmente como positivas.

- a. Do ponto de vista do desenho e operação de políticas públicas de referência, incentivos públicos, crédito e alocação de recursos, como tem se dado a distribuição entre o fortalecimento da agricultura familiar e patronal/empresarial no Brasil?
- b. Ainda que as políticas públicas brasileiras voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar tenham sido amplamente reconhecidas por seu êxito como forte propulsoras do setor, há a avaliação recorrente de que seu alcance é limitado do ponto de vista do desenvolvimento de um modelo para este segmento social. Quais são os caminhos necessários para essa construção?
- c. A crescente concentração urbana e a disseminação de hábitos de vida que decorrem desse processo – tais como a ampliação do consumo de produtos industrializados, o afastamento da preparação de alimentos, a dificuldade de acesso a produtos *in natura* e o cada vez maior distanciamento entre produção e consumo – tem desafiado as possibilidades efetivas de uma alimentação saudável. Quais são hoje as políticas exitosas de reversão desse quadro? Como a dimensão municipal deve se inserir no desenho dessas políticas? Como as desigualdades socioeconômicas afetam as políticas de alimentação?
- d. O que outros países, com características semelhantes ao Brasil do ponto de vista da transição alimentar, têm feito para intervir nos hábitos de alimentação de sua população? Quais são os caminhos mais promissores, considerando: (i) dimensão regulatória e de políticas públicas; (ii) iniciativas de autorregulação; e (iii) pressão social ou mudanças de hábitos alimentares?
- e. Quais as principais circunstâncias ou razões pelas quais o Brasil se tornou referência no que diz respeito ao desenho e implantação de uma Política Nacional de Segurança Alimentar? Qual a sua aderência nas atuais circunstâncias econômicas e políticas do país? Qual o papel que a sociedade civil, conselhos e iniciativas como a Ação da Cidadania têm nesse sentido?

4. Biodiversidade e culturas alimentares

A indústria tem sido um vetor decisivo na corrosão de hábitos e de culturas alimentares tradicionais. Esta corrosão é especialmente destrutiva junto a territórios e populações mais pobres e periféricas. O caso das populações indígenas e ribeirinhas da Amazônia merece especial atenção, neste sentido. Este processo de empobrecimento cultural é correlativo a um processo de redução na diversidade do que se cultiva e do que se come. Se quando Josué de Castro escreveu a Geografia da Fome, farinha e peixe marcavam a monotonia alimentar de largos segmentos da população rural da Amazônia, hoje são os alimentos ultraprocessados que constituem o vetor que simultaneamente conduz a carências alimentares e obesidade.

- a. As iniciativas de exploração e comercialização de produtos característicos da biodiversidade brasileira podem ser exitosas no sentido de resgate da cultura de alimentos e fortalecimento das cadeias de produção nativas locais – o caso do açaí, mas também cupuaçú, castanha, entre outros, são emblemáticos nesse sentido. Ao mesmo tempo, uma vez transformados em produtos de massa e “tipo exportação”, ocorre muitas vezes o afastamento desses produtos dos hábitos alimentares da população local (sem recursos para consumir), para além da deterioração do meio ambiente e das formas de produção locais. Quais são os mecanismos possíveis de valorização e comercialização produtos nativos em sintonia com o desenvolvimento econômico e a preservação cultural?
- b. Quais os desafios regulatórios para a produção e comercialização de produtos nativos, artesanais e não-convencionais?
- c. A entrada massiva da indústria de alimentos nos cantos mais remotos do Brasil faz com que seja possível já falarmos em ameaça à cultura alimentar no país?
- d. Como as mudanças climáticas estão afetando a produção e o consumo de alimentos?

Outras interrogações

Num país em que o setor agropecuário tem importância tão grande como no Brasil, é fundamental que ele seja capaz de oferecer à sociedade mais que alimentos, fibras e energia. O crescimento agropecuário recente, apesar de avanços importantes, como a quase completa eliminação das queimadas da cana-de-açúcar em São Paulo e os ganhos de produtividade no setor de grãos, tem se apoiado naquilo que Bertha Becker chamava de “economia da destruição da natureza”. Em seu lugar, como assegurar a transição para uma “economia do conhecimento da natureza”, articulando as práticas e os saberes tradicionais, assim como as pesquisas acadêmicas, com o uso dos dispositivos da revolução digital? Como garantir que o crescimento agropecuário ofereça um conjunto de bens públicos indispensáveis ao processo de desenvolvimento da sociedade – tais como água limpa, solos saudáveis, biodiversidade e capacidade de absorção de carbono tanto pelas florestas como por práticas agropecuárias regenerativas e valorização das culturas e dos produtos de diferentes territórios? E como fazer isso de forma a incorporar organicamente a própria oferta agropecuária e não de maneira *ex post*, como compensação aos danos causados pelo crescimento do setor?

Segmentos importantes do setor agropecuário consideram que a sustentabilidade já é a marca distintiva de suas práticas (“agro é pop, agro é show, agro é tudo”). Em que medida isso se constitui como obstáculo às mudanças necessárias a estes novos modelos de gestão e de negócios? Ao mesmo tempo, é importante considerar que o próprio setor patronal, seja no Brasil, seja internacionalmente, vem sendo objeto de pressão crescente tanto de movimentos sociais consolidados como de novas práticas, mostrando os riscos trazidos pela maneira de operar da agropecuária contemporânea e, por vezes, propondo alternativas. O resultado dessa pressão pode ser um potencial de mudança importante? Como organizações da sociedade civil podem explorar esse potencial favorecendo a emergência do que ele tem de mais positivo, considerando que dificilmente o Estado deverá considerá-lo?

A realização deste potencial, no entanto, não depende apenas das práticas levadas adiante por diferentes organizações. Ela supõe um exercício reflexivo e autorreflexivo que, na esmagadora maioria das vezes, está distante do cotidiano daqueles que estão envolvidos com as mais importantes lutas sociais. Cada organização, além de suas tarefas práticas, tem que cuidar de sua própria reprodução e o tempo para pensar o sentido do que se faz desaparece.

Não existe bala de prata que possa ser atirada por qualquer organização (nem mesmo pelo Estado) de forma a transformar os problemas mencionados neste texto. Qualquer apoio a iniciativas de *advocacy*, de fortalecimento de métodos alternativos de produção, à cooperação entre agricultores e consumidores, de pressão para mudança nos comportamentos das grandes corporações ou de ações vindas de movimentos sociais, qualquer iniciativa nestas direções trará sempre e inevitavelmente o sentimento de uma gota construtiva num oceano de conservadorismo. Ao mesmo tempo, é claro que estas práticas devem ser apoiadas. A fertilidade deste apoio está menos na quantidade de grupos que se envolvem com uma determinada organização financiadora e mais na capacidade de que estes grupos levem adiante, de forma aberta e pública, reflexão sobre os desafios que enfrentam e sobre o aprendizado que sua prática traz para elaborar soluções aos problemas do país. De que forma o Instituto Ibirapitanga pode contribuir para ampliar o vínculo entre as práticas das organizações e sua capacidade de interferir no debate público? Qual pode ser a contribuição para que o Brasil regenere os tecidos socioambientais que, até aqui, seu crescimento econômico tem sistematicamente destruído?

Instituto Ibirapitanga

Fundador Walter Salles

Diretor-presidente Andre Degenszajn

Gerente de programas Iara Rolnik

Consultor programático Ricardo Abramovay

Este documento foi impresso no Rio de Janeiro em maio de 2018

Relatoria Thais Magalhães

Projeto gráfico e diagramação Elisa von Randow e Julia Masagão

